

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF), vernizes para assoalhos, produtos de limpeza e a fabricação de formol. A GPC Química possui quatro plantas industriais: uma situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME) e outras três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas. Em meados de fevereiro de 2013, a unidade de metanol da GPC Química, que havia sido paralisada no início outubro de 2012, retomou suas atividades.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades e participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.
- Apolo Tubulars S.A. – sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecer tubos ao mercado norte-americano.
- Senergen - Energia Renovável S.A. – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Lorena/SP, subsidiária da GPC Química, cujo objetivo é a pesquisa e desenvolvimento de processos, equipamentos e produtos, visando ao processamento de biomassa, lodos, pneus e resíduos florestais e agrícolas, bem como a implantação dessas unidades industriais e as respectivas operações.
- Prosint Agropecuária Ltda. (incorporada pela GPC Química S.A. em 2011) – sociedade limitada, com sede na Fazenda Bela Vista/SP, controlada pela GPC Química S.A., cujo objeto social é a exploração das atividades agrícolas e pecuárias. Em 2011 foi aprovada a sua incorporação pela GPC Química sem aumento de

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital, uma vez que esta é titular da totalidade das quotas que compõem o capital social da incorporada.

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor") – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Por orientação do Conselho de Administração da Companhia, a Administração vem implementando diversas medidas visando à adequação da sua estrutura de capital próprio e de suas investidas. Nesse sentido, realizou em agosto de 2011 uma oferta privada de ações, tendo captado R\$60 milhões nessa ocasião, e estruturou um programa de vendas de ativos não operacionais, iniciado ainda naquele ano. Em 2012, parte do terreno localizado em Benfica, Rio de Janeiro/RJ, não incluindo as áreas onde se localizam as plantas de metanol e de DME, e a totalidade do terreno de Gravataí/RS, ambos de propriedade da GPC Química, foram incorporados ao programa de alienação de ativos não operacionais. É importante ressaltar que a realização desses ativos, levando-se em consideração as avaliações feitas por empresas independentes, são suficientes para fazer frente aos passivos da Companhia.

Durante o exercício de 2012, foi concluído o processo de reestruturação de parte da dívida bancária da controlada GPC Química, no valor total de R\$82,5 milhões, junto às principais instituições financeiras, visando ao alongamento dos prazos de vencimento e a redução nas taxas de juros praticadas. Com essa operação, o endividamento bancário desta controlada foi reduzido em 4%, tendo a sua composição curto/longo prazo sido alterada, passando a participação da dívida de curto prazo de 64% para 44% naquela oportunidade.

Não obstante, a Administração vem estudando permanentemente outras operações que estejam alinhadas a esse objetivo.

Além dessas ações de natureza financeira, é oportuno destacar que as investidas da Companhia celebraram contratos de médio e longo prazos com clientes, que

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras relevantes.

2. Base de preparação e apresentação das principais práticas contábeis

(i) Aspectos gerais

As demonstrações financeiras deste exercício foram apreciadas e aprovadas pela Administração e Conselho Fiscal em 26 de março de 2013, as quais são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB aplicável a demonstrações financeiras separadas* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

Parágrafo retirado

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas durante os ITRs e anualmente.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de março de 2013, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras e o consequente envio à Assembléia Geral Ordinária - AGO para aprovação.

(ii) Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e controladas avaliaram as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como “Moeda Funcional” da Companhia e de suas controladas, sendo esta premissa utilizada na

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2012.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, ou seja, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

e) Estoque

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de realização líquida. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Investimentos

Os investimentos nas controladas e coligadas foram avaliados nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme CPC 18. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças patrimoniais após a aquisição da participação societária nas controladas. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a Companhia.

g) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a controlada fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (considerando todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

i) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. As licenças de programas de computador e gastos para implementação dos mesmos são capitalizados e amortizados a taxa de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do período como despesa, à medida que são incorridos.

j) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k) Outros ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

l) Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Quando da existência de base positiva, as provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário (quando aplicáveis), às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável no caso de imposto de renda, e de 9% de contribuição social.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o período (quando aplicáveis) são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

m) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A controlada indireta Copenor goza do benefício de redução de 12,5%, no período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2013 do imposto de renda devido, e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a controlada goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

As subvenções federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da controlada como reserva de capital.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

o) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

p) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e, contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Retirado texto

q) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas e como informação suplementar pelas IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

r) Prejuízo por ação

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prejuízo por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo exercício.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da diluição do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

s) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento, a qual a Companhia divulga na nota explicativa 27.

t) Ajuste a valor presente

A Companhia e controladas, em cumprimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 12 – Ajuste a valor presente, ajustam os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, a valor presente, quando aplicável. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas no Mercado Brasileiro.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis,

vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Sociedade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. :

► IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração - A *IFRS 9* encerra a primeira parte do projeto de substituição da “*IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*”. A *IFRS 9* utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, o IASB emitiu em 2011 os seguintes pronunciamentos contábeis, cujos impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia:

► IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

► IFRS 11 Operações conjuntas

O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado. A administração da Companhia está avaliando juntamente com os outros sócios o efeito da aplicação desta norma no empreendimento em conjunto Metanor e Senergen, atualmente consolidados proporcionalmente.

- ▶ IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades
O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).
- ▶ IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro para concluir sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que os IFRS 10, 11 e 12 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, cujos impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia.

- ▶ Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Benefícios a Empregados) (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados)

O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, a Companhia talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de consolidação foram tomados os seguintes procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da Companhia nas controladas contra os investimentos nas mesmas;
- Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados consolidados da parcela correspondente à participação de acionistas não controladores.

	Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Controladora	135.006	181.722	(45.052)	(58.412)
Acionistas não controladores	28.121	26.457	8.530	19.650
Consolidado	163.127	208.179	(36.522)	(38.762)

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos				
Caixa	3	3	32	33
Banco do Brasil	-	-	121	77
Banco Bradesco S/A	-	-	428	54
Banco Itaú S/A	1	-	3.942	2.120
Banco Banrisul S/A	-	-	188	120
Banco Fibra	-	-	765	-
Banco Daycoval S/A	-	-	1.234	243
Banco BBM S/A	-	-	784	634
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	14	771
Caixa Econômica Federal	-	-	4.471	1.409
Banco Prosper (a)	-	-	603	1.340
Bicbanco S/A	-	-	114	187
Banco Safra S/A	-	-	244	130
Banco Panamericano S/A	-	-	103	-
Outros Bancos	1	1	922	1.464
	5	4	13.965	8.582
Aplicações Financeiras				
Banco Bradesco S/A	-	-	81	-
Prosper Corretora S/A (b)	-	-	2.843	15.200
Banco Itaú S/A	-	-	1.109	2.848
Banco Safra S/A	-	-	-	694
Outras aplicações	99	107	680	916
	99	107	4.713	19.658
Total de Caixa e Equivalentes de caixa	104	111	18.678	28.240
Aplicações Financeiras				
Caixa Economica Federal	-	-	109	4.391
Banco Credit Suisse S/A	-	-	-	4.624
Banco Cruzeiro do Sul S/A	-	-	-	3.742
Banco Itaú S/A	-	-	1.761	-
Planner Corretora	-	-	10.523	-
Bic Banco	-	-	2.504	-
Outros	-	-	425	487
Total Aplicações Financeiras	-	-	15.322	13.244

- (a) As operações em referência da Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A são de renda fixa (opções flexíveis) e foram transferidas em Outubro de 2012 para o Banco Itaú BBA S/A;
- (b) As aplicações financeiras são operações de renda fixa de curto prazo, cerca de três meses ou menos, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxas que variam até 1% acima do CDI, nas quais a Corretora Prosper S.A. é a instituição financeira intermediadora da operação.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber - clientes

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Cientes no exterior	62	140
Cientes no país	59.658	70.411
AVP	(112)	(189)
Provisão para devedores duvidosos	(4.765)	(4.392)
	54.843	65.970

A Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetua operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos. Vide Nota 12;

Segue a movimentação da provisão para devedores duvidosos ("PDD") durante o exercício, constituída com títulos vencidos a mais de 90 dias, a qual a Companhia entende ser suficiente para cobrir possíveis perdas:

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.392
(+) Complemento de PDD	629
(-) Baixas Ocorridas	(256)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.765

A Companhia e suas controladas não possuíam em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 transações que gerassem efeito significativo de ajuste a valor presente.

O saldo de Contas a Receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	49.072	61.485
Vencidas 1 a 30 dias	5.409	3.890
Vencidas 31 a 60 dias	751	184
Vencidas 61 a 90 dias	43	212
Vencidas a mais de 90 dias	4.334	4.592
	59.608	70.362
Provisão para devedores duvidosos	(4.765)	(4.392)
	54.843	65.970

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Matérias-primas e embalagens (a)	7.828	14.615
Produtos em elaboração	4.064	5.557
Produtos acabados (b)	20.589	23.089
Almoxarifado de manutenção e reposição (c)	7.106	5.640
Importações em andamento	530	2.272
Adto a Fornecedores	-	4.118
Estoque próprio em poder de terceiros	761	1.823
Estoque de terceiros (d)	1.554	180
Catalisadores	778	926
Outros estoques	723	804
(-) Provisão p/perdas	-	(665)
	<u>43.933</u>	<u>58.359</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2012 as principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol (na Controlada GPC Química); bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos; catalisadores e diversos materiais de embalagens na Metanor S/A consolidada;
- (b) Os principais produtos acabados em 31 de dezembro de 2012 são compostos por metanol, residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros;
- (d) Refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS/COFINS	-	-	6.810	7.927
IPÍ	-	-	8.055	7.957
ICMS	-	-	11.972	8.978
IRPJ e CSLL	-	-	2.573	1.764
IRRF	3.507	3.647	4.276	6.146
OUTROS	-	-	1.645	1.165
	<u>3.507</u>	<u>3.647</u>	<u>35.331</u>	<u>33.937</u>
 (-) Circulante	 <u>3.507</u>	 <u>3.647</u>	 <u>30.071</u>	 <u>23.974</u>
 Não circulante	 <u>-</u>	 <u>-</u>	 <u>5.260</u>	 <u>9.963</u>

Parcela relevante dos créditos de ICMS constituídos, principalmente em 2005, pelo expressivo volume de exportações realizadas pelas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A., está sendo compensada em decorrência do aumento das vendas tributadas nacionais e pelo enquadramento, a partir de março de 2006, da *controlada* indireta Apolo Tubos e Equipamentos S.A. no regime de tributação especial no Estado do Rio de Janeiro que, basicamente, difere a tributação do ICMS sobre a aquisição das matérias primas para o momento de saída, de modo que é esperada uma redução acelerada dos atuais saldos credores. Na controlada GPC Química S.A. (unidade de Uberaba), o saldo credor acumulado de ICMS se deu pela razão de a totalidade dos insumos serem adquiridos fora do Estado de MG, com créditos de 12%, ao passo que 60% das vendas realizadas são beneficiadas pelo cliente Duratex S.A. com diferimento de ICMS na aquisição desses insumos por um decreto estadual. Em Agosto de 2011 foi efetuada uma compra de veículos pesados (caminhões) no valor de R\$ 1.600 com utilização do referido saldo de créditos, deferida pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais. A transferência do ICMS foi efetuada através da emissão de duas Notas Fiscais para o fornecedor Iveco Latin América Ltda., no valor de R\$ 800 cada, uma em Agosto de 2011 e outra em Setembro de 2011. Durante o ano de 2012 a Companhia iniciou processo de compra de novos caminhões que se encontra em análise pelo órgão Estadual de Minas Gerais responsável pela aprovação da operação. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo acumulado desta unidade é de R\$ 3.287.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza. Os saldos de longo prazo deverão ser inteiramente compensados num prazo não superior a 10 anos.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Bens e direitos a realizar (consolidado)

O saldo de bens e direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	1.939	1.778
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	4.454
Alambari Empreendimentos e Participações Ltda. (b)	-	5.000
Blumen Empr e Partic Ltda. (d)	816	-
Savoy S/A (c)	-	29.387
	4.404	40.619
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	11.635	12.446
Blumen Empr e Partic Ltda. (d)	-	3.042
Créditos a receber – Polwax (e)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda (f)	1.652	1.652
Servatis S/A(g)	970	970
	16.427	20.280
(-) Provisão para perdas (e)	(2.170)	(2.170)
	14.257	18.110

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, entende que estes valores serão recebidos quando da conclusão das ações atualmente em curso. Até 31 de dezembro de 2012 foram recebidas três parcelas (uma parcela por ano) referentes aos créditos da União Federal, cujo saldo corresponde a sete parcelas de R\$ 1.939 (seis parcelas no longo prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a Companhia recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em dezembro de 2012 no valor de R\$ 1.564.
- (b) Em 29 de julho de 2011 foi formalizada a venda do imóvel “Fazenda Bela Vista” localizado em São Paulo para a Alambari Empreendimentos e Participações Ltda. O saldo de 31 de dezembro de 2011 foi recebido ao longo do exercício de 2012 em 10 parcelas de R\$ 500.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Em 29 de dezembro de 2011, a controlada Apolo Tubos celebrou instrumento particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel com a empresa Savoy Imobiliária Ltda ("Savoy") com a finalidade de promover a venda do imóvel de sua propriedade, onde tem sua sede e realiza as suas atividades industriais. A operação envolveu a venda do terreno e das construções, acessões e benfeitorias a ele agregadas.

O imóvel, com aproximadamente 87 mil metros quadrados de área de terreno e construções, acessões e benfeitorias com aproximadamente 22 mil metros quadrados, foi vendido pelo preço total de R\$ 29.387, sendo:

- i. R\$ 11.755 a título de sinal e princípio de pagamento, integralmente pagos em 16 de março de 2012;
- ii. R\$ 17.632 relativos ao saldo do preço que foi pago em duas parcelas, sendo a primeira em 18 de maio de 2012 no valor de R\$ 5.000 e a segunda parcela em 18 de junho de 2012 no valor de R\$ 12.632.

A Apolo Tubos celebrou nesta mesma data contrato de locação com a Savoy, do imóvel que era de sua propriedade (lease back), pelo prazo de 10 anos, renovável por mais 2 períodos de 10 anos cada.

A Savoy é uma empresa independente motivo pelo qual as transações de venda do imóvel e sua locação foram consideradas como realizadas a valor justo.

O referido contrato de locação possui prazo de 120 meses, facultada à Apolo Tubos a renovação por até mais dois períodos de até 120 meses, cada. O valor mensal do aluguel está fixado em R\$ 300 aproximadamente e nos termos do contrato a controlada Apolo Tubos se obriga a não rescindir o referido contrato por um prazo mínimo de 60 meses (5 anos), sendo a penalidade no caso de rescisão em prazo inferior a 60 meses o pagamento das parcelas remanescentes até que seja completo este período (60 meses) e os pagamentos mínimos requeridos podem ser demonstrados como segue:

O valor presente dos pagamentos mínimos não canceláveis descontados a taxas de 12% ao ano e 5% ao ano é de aproximadamente R\$ 12.900 e R\$ 15.600, respectivamente. O valor dos pagamentos mínimos futuros não canceláveis (nominal e presente) não corresponde substancialmente ao valor justo dos ativos arrendados.

Adicionalmente, o prazo mínimo de locação não corresponde a maior parte da vida útil econômica dos ativos locados; os quais não possuem previsão contratual de

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

serem transferidos ou vendidos à Apolo Tubos no término do contrato de locação. Os instrumentos contratuais de venda dos ativos e sua locação não conferem à controlada a opção de compra dos ativos ao término do período de locação e o imóvel arrendado, ora em uso pela Apolo Tubos, pode ser utilizado para outras finalidades por outros locatários findo o prazo de locação. As renovações do contrato de aluguel, se a Apolo Tubos optar por efetua-las, se darão mediante a negociação de preço a ser efetuada entre as partes e o contrato de locação não prevê a fixação de um aluguel mínimo por valores irrisórios.

Alterações no imóvel arrendado somente podem ser efetuadas mediante prévia autorização por parte da Savoy, que possui pleno direito de vistoriar o imóvel a qualquer tempo de acordo com sua conveniência estando a Apolo Tubos obrigada contratualmente a permitir e facilitar estas inspeções. O imóvel não pode ser cedido, transferido, locado ou sublocado para terceiros sem a prévia aprovação por parte da Savoy e a Apolo Tubos não pode utilizar o imóvel alocado para outras finalidades além daquelas atualmente em curso e descritas em seu estatuto social, a menos que o uso para estas outras atividades seja aprovado pela Savoy.

Face às características intrínsecas ao contrato de locação o mesmo não transfere substancialmente os riscos e benefícios de propriedade, motivo pelo qual este arrendamento foi classificado como operacional.

Como consequência desta transação a Apolo Tubos apurou um ganho na alienação do imóvel como demonstrado a seguir:

Valor total da venda	29.387
Saldo residual baixado no ativo imobilizado	25.985
Ganho na venda (outros resultados operacionais)	3.402

Os imóveis objeto desta transação, quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC) foram avaliados por seu *deemed cost* que teve como contrapartida a rubrica ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Por sua alienação à Savoy a parcela do *deemed cost* referente a estes ativos foi transferida da rubrica ajuste de avaliação patrimonial para resultado acumulado, também no patrimônio líquido.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Crédito junto à Empresa Blumen Empreendimentos e Participações Ltda. referente a venda de imóvel localizado no Município do Rio de Janeiro. Em julho de 2012 foi efetuado novo acordo cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 corresponde a 6 parcelas de R\$ 136.
- (e) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito.
- (f) Crédito junto a empresa Compensados LFPP Ltda. conforme instrumento particular de confissão de dívida com garantia de imóvel avaliado em R\$ 2.078 conforme laudo de avaliação da Merithum Avaliação Ltda. A Administração está tomando as medidas judiciais cabíveis para recebimento do crédito.
- (g) Saldo a receber da Servatis S.A. refere-se ao adiantamento efetuado que seria devolvido à GPC Química S.A. ao fim do Contrato de Fornecimento e Outras Avenças garantido pelos equipamentos adquiridos com os recursos, conforme cláusula oitava do contrato. Em 2010 houve distrato entre as partes, conforme termo aditivo ao contrato, ficando acertada a restituição à GPC Química S/A o valor de R\$ 970 em 12 parcelas mensais. A Servatis não cumpriu com o disposto nos termos de distrato, pelo que a Administração da Companhia está tomando as medidas judiciais cabíveis para o recebimento do acordado.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Bens destinados a venda

Com o objetivo da adequação da estrutura de capital da Controlada GPC Química, o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de dezembro de 2012, deliberou pela continuidade do programa de alienação de ativos não operacionais, disponibilizando parte do terreno localizado em Benfica, Rio de Janeiro/RJ, não incluindo as áreas onde se localizam as plantas de metanol e DME, e a totalidade do terreno de Gravataí/RS, onde se localiza uma unidade de produção de resinas paralisada.

Segue abaixo o saldo transferido do Ativo Imobilizado para o Ativo Circulante tendo em vista a realização das vendas das áreas em questão em até um ano.

	Saldo de Terrenos em 31/12/2011	Saldo de Terrenos em 31/12/2012	Terrenos destinados a venda em 31/12/2012
Rio de Janeiro - RJ	30.823	21.478	9.345
Gravataí - RS	2.090	-	2.090
Araucária - PR	2.310	2.310	-
Uberaba - MG	2.923	2.923	-
	38.146	26.711	11.435

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participações em empresas controladas	160.354	151.640	-	-
Suconor S/A (*)	-	-	1.679	1.679
Syntax Com. Import. e Exportação Ltda (*)	-	-	415	404
Cetrel S/A (*)	-	-	381	381
Outros investimentos (*)	-	-	110	275
	160.354	151.640	2.585	2.739

(*) Investimentos avaliados pelo custo.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Mutações nos investimentos em empresas controladas e coligadas durante o exercício

	Controladora				
	2012				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
Saldo em 01/01/2012	12.086	128.219	11.329	6	151.640
Equivalência patrimonial (Resultado)	(5.886)	(21.934)	(2.140)	(1)	(29.960)
Capitalização em controladas	14.285	24.389	-	-	38.674
Saldo em 31/12/2012	20.485	130.674	9.189	5	160.354

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2012

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. - Metanol do Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	15.459	1.705.891	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	36.446	144.044	44.785
Prejuízo do período	(11.952)	(24.543)	(7.526)
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(5.886)	(21.934)	(2.140)

b1. Informações sobre investimento na controlada indireta - Senergen - Energia Renovável S.A.

Em 29 de dezembro de 2004, através do instrumento particular de cessão de quotas, a GPC Química S.A. adquiriu o equivalente a 90% das quotas (33.541 com valor nominal de R\$256,98) da Senergen S.A. por R\$8.620.

Em 5 de outubro de 2009 a GPC Química S.A. alienou 50% de suas cotas de participação - 18.635 (dezoito mil, seiscentas e trinta e cinco) quotas do capital social da Senergen S.A.

Fundada em 1989, a Senergen S.A. tem como principal atividade a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos, processos e produtos. Durante o ano de

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2004, a Empresa encerrou a fase de escala piloto do programa BEM - Biomassa - Energia - Materiais, cujo objetivo é implementar a construção das unidades industriais no âmbito nacional e internacional.

O programa BEM é fundamentado na aplicação da ciência e tecnologia de metais refratários para fabricação de reatores químicos para processamento de biomassa. A finalidade do programa é explorar o potencial produtor de biomassa no Brasil para resolver, de maneira auto-sustentada, dois grandes problemas brasileiros que são a escassez energética e de algumas matérias-primas químicas industriais, bem como a correta manipulação da biomassa residual.

O programa BEM representa um empreendimento pioneiro no mundo, no qual se busca o aproveitamento integral de biomassa, podendo esta possuir origem no lixo urbano (municipal), na madeira (florestal) ou ainda no bagaço e na palha da cana (açúcar e álcool). O aproveitamento de resíduos sob a forma de biomassa num país com as características do Brasil tem forte impacto nos segmentos ambiental, social e econômico, pois a tecnologia do programa BEM permite que se alcance um projeto ambiental ecológico e econômico.

A empresa encontra-se em fase pré-operacional e concluindo dentro de alguns meses os ajustes técnicos necessários à conclusão dos equipamentos construídos em escala industrial. A administração definiu como premissa eventuais vendas de pacotes tecnológicos que incluem o know-how e direitos de uso das patentes enquanto os clientes deverão adquirir os equipamentos diretamente aos fabricantes os quais serão oportunamente credenciados pela Senergen para a construção dos reatores.

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor

Operações

A controlada em conjunto Metanor S.A. - Metanol do Nordeste foi fundada em 1969 e iniciou a produção de metanol em Camaçari em 1976. Com o objetivo de substituir a importação de alguns derivados do metanol, foi criada em 1979 a Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste (Copenor).

O controle acionário da Metanor é compartilhado pela Petrobras e pela Companhia, ambos com metade das ações ordinárias da Empresa. A Metanor é controladora da Copenor com 100% das ações ordinárias.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2004, a Metanor transferiu integralmente suas operações para a Copenor, permanecendo apenas como empresa *holding*.

Com plantas industriais no Pólo Petroquímico de Camaçari - BA e em Sorocaba - SP, a controlada Copenor produz metanol, formaldeído, pentaeritritol, hexametilenotetramina e formiato de sódio no site de Camaçari, formaldeído e acetaldeído no site de Sorocaba. Em Sorocaba, a produção de monopentaeritritol foi interrompida em março de 2001, e a de ácido fórmico em abril de 2005, quando a Copenor passou a importar e revender este produto. Em abril de 2007, a Copenor interrompeu a produção de acetaldeído e formaldeído em Sorocaba (SP) e paralisou temporariamente a produção da planta de pentaeritritol em Camaçari (BA).

A Copenor possui ativo imobilizado líquido referente a planta industrial da unidade de Camaçari – BA paralisada desde 2007 no montante de R\$ 6.447 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2011), que estão sendo depreciados conforme legislação societária vigente, e cujos bens encontram-se em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros. Alguns estudos estão sendo realizados pelo corpo técnico da Companhia, na busca de uma solução definitiva que viabilize o retorno da planta. A recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração.

Ainda em julho de 2012, a controlada Copenor celebrou acordo de natureza trabalhista para encerrar disputa que teve origem do questionamento da cláusula que regulava as regras de reajuste salarial estipulada na Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/90, firmada entre as empresas petroquímicas do Pólo Petroquímico de Camaçari/Ba e o Sindicato dos Trabalhadores. O acordo em questão totalizou, incluindo impostos, encargos, honorários advocatícios e outras despesas, uma provisão em 30 de junho de 2012 no valor de R\$5.500, sendo R\$ 3.829 a pagar para os funcionários e o restante no montante de R\$ 1.671 referente as custas e honorários advocatícios a serem pagos em até quatro parcelas anuais, a primeira foi paga em julho de 2012, a segunda até o dia 30 de julho de 2013, a terceira até 30 de julho de 2014 e a quarta, se houver saldo devedor que remanesça. As parcelas são corrigidas pela taxa de 1,17% ao ano.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 6.384 (R\$ 6.552, em 31 de dezembro de 2011), refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas foram realizadas para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a controlada Copenor. A Administração da controlada está aguardando decisão do processo administrativo, por meio do qual solicitou a autorização para transferência desses créditos a terceiros, sob a forma de venda ou pagamento a fornecedores.

Caso a decisão do processo administrativo seja desfavorável a Administração da controlada entende que o referido crédito se realiza através de suas operações normais em aproximadamente seis anos.

Contribuição social

Em 1994, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado reconhecendo a inconstitucionalidade da CSL, que foi objeto de Ação Rescisória movida pela União. Tal ação rescisória foi julgada procedente em decisão final proferida pelo Supremo Tribunal Federal, quando da análise de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia que teve seu seguimento negado, em decisão publicada em 06 de abril de 2011.

Em que pese o julgamento acima, os valores relativos à CSL já se encontravam em discussão judicial através de execuções propostas pela União, devidamente embargadas, onde são levantadas questões inerentes aos limites e efeitos da decisão de constitucionalidade da CSL, em especial no que tange à impossibilidade de exigência da CSL pelo período em que se encontrava acobertada pela coisa julgada, senão, o afastamento da multa e juros de mora, inaplicáveis ao caso.

A Administração da Companhia, com base nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN 02/2011 (art. 13) que reabriu a possibilidade de inclusão de novos débitos dos contribuintes no REFIS (Lei 11.941/09) que não teriam sido anteriormente apontados para parcelamento, optou por efetuar a inclusão, em julho de 2011, dos débitos que se encontravam em tramitação perante a Receita Federal no montante de R\$ 4.922, após as devidas deduções legais, que foram parcelados em 180 meses. Os débitos da CSL inscritos em dívida

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativa no montante de R\$ 8.532, após as devidas deduções legais, não foram acatados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inclusão no parcelamento, tendo a Companhia ingressado, em 5 de outubro de 2011, com Mandado de Segurança com pedido de liminar para inclusão destes débitos, excluindo-se os valores relativos à multa isolada, sobre a qual será mantida a discussão.

A despeito do posicionamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Administração da Companhia baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, avalia a perspectiva de êxito como possível, seja pelo princípio da isonomia, seja pela aceitação da inclusão de valores no parcelamento pela Receita, não sendo possível a existência de posturas distintas em um mesmo órgão da administração (Ministério da Fazenda), razão pela qual, manteve os registros contábeis decorrentes da inclusão destes débitos no parcelamento.

Se a decisão no Mandado de Segurança for desfavorável, a Companhia prosseguirá com as discussões judiciais em andamento, referente aos débitos inscritos na dívida ativa e com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão só produzirá efeitos a partir do exercício fiscal de sua publicação. Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido pela Companhia, atualizado monetariamente é de, aproximadamente, R\$ 14.609, excluindo-se a multa.

A Companhia e sua controlada possuíam alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. A Companhia vem defendendo a impossibilidade de aplicação de tal penalidade, tendo em vista o fato da lavratura dos autos de infração ter ocorrido após o fechamento do exercício, com a imposição ainda da multa de ofício sobre os valores da contribuição, apurados ao final do ajuste anual. Em 31 de dezembro de 2012, o montante envolvido era de R\$ 4.979 na Metanor S/A e R\$ 7.624, na Metanor consolidada (R\$ 4.805 Metanor S/A e R\$ 7.341 na Metanor consolidada em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia e sua controlada, respaldadas em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, que vem acatando as alegações dos contribuintes, e na opinião dos seus advogados externos que

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consideram possíveis as chances de êxito dos processos, não constituiu provisão para a referida demanda.

b3. Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB), vernizes para assoalhos, produtos de limpeza e a fabricação de formol.

A Empresa possui quatro plantas industriais de classe internacional, sendo três plantas para a produção de resinas termofixas, duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária – PR e Uberaba – MG e uma planta em desmobilização situada em Gravataí - RS, e outra situada no Rio de Janeiro para produção de metanol. Atua também na produção de resinas alquídicas (insumo básico para indústria de tintas) na sua unidade industrial de Araucária - PR.

b.4 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

A controlada que tem por objetivo a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades tem como principal atividade, a industrialização e o comércio de tubos realizados através de sua unidade fabril de Pavuna - Rio de Janeiro e de sua controlada Apolo Tubulars S.A. em Lorena - São Paulo. As duas plantas possuem uma capacidade instalada de produção de 200.000 toneladas/ano.

Em novembro de 2006, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A., vendeu parte de sua participação acionária na Apolo Mecânica e Estruturas Ltda. para a US Steel Corporation. Apolo Mecânica passou a se chamar Apolo Tubulars S.A.

Os recursos aportados pela US Steel Corporation foram utilizados na aquisição de novos equipamentos, no aprimoramento e na adequação em geral da unidade industrial, melhorando, em consequência, sua capacidade de produzir tubos soldados destinados à produção, exploração e condução de petróleo e gás.

A “Joint Venture” constituída é uma decorrência natural do sucesso da aliança comercial estratégica firmada entre Apolo e US Steel Corporation para o fornecimento de tubos ao mercado norte-americano. Com os novos

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

investimentos a Apolo Tubulars fica integralmente capacitada a participar do crescente mercado de fornecimento de tubos à indústria de petróleo e gás, especialmente no Brasil e na América do Sul. Além disso, o acesso da Empresa ao mercado norte-americano continua via a aliança, que permanece em vigor assegurando à US Steel Corporation direitos exclusivos de comercialização dos produtos da Apolo Tubulars na América do Norte.

11. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos	2 a 8	-	-	30.637	42.072
Imóveis	2 a 8	271	68	72.285	71.947
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	410.400	388.569
Móveis e utensílios	10	189	145	4.831	4.623
Veículos	20	-	-	8.128	10.546
Computadores e periféricos	20	81	52	8.686	8.269
Imobilizações em andamento (*)	-	19	178	63.026	52.328
Outros	-	-	-	2.202	2.186
		<u>560</u>	<u>443</u>	<u>600.195</u>	<u>580.540</u>
Depreciação acumulada		<u>(206)</u>	<u>(189)</u>	<u>(165.947)</u>	<u>(134.117)</u>
		<u>354</u>	<u>254</u>	<u>434.248</u>	<u>446.423</u>

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA					
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2011	68	145	49	-	262
Aquisições	-	-	3	178	181
Saldo em 31/12/2011	68	145	52	178	443
Aquisições	-	59	29	44	132
Baixas	-	(15)	-	-	(15)
Transferências (a)	203	-	-	(203)	-
Saldo em 31/12/2012	271	189	81	19	560
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2011	(13)	(118)	(43)	-	(174)
Depreciação no Período	(7)	(4)	(4)	-	(15)
Saldo em 31/12/2011	(20)	(122)	(47)	-	(189)
Depreciação no Período	(16)	(8)	(5)	-	(29)
Baixas	-	12	-	-	12
Saldo em 31/12/2012	(36)	(118)	(52)	-	(206)
Valor Residual Líquido					
Em 31 de dezembro 2012	235	71	29	19	354
Em 31 de dezembro 2011	48	23	5	178	254

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO									
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2011	84.190	346.374	4.447	11.328	7.839	3.486	50.858	55.920	564.442
Aquisições	111	6.151	185	1.755	466	442	-	32.046	41.156
Juros s/obras em andamento	-	602	-	-	-	-	-	4.488	5.090
Baixas	(12.178)	(355)	(9)	(2.537)	(36)	(50)	(8.786)	(6.197)	(30.148)
Transferências	(176)	35.797	-	-	-	(1.692)	-	(33.929)	-
Saldo em 31/12/2011	71.947	388.569	4.623	10.546	8.269	2.186	42.072	52.328	580.540
Aquisições	159	3.739	181	229	564	3.522	-	23.689	32.083
Juros s/obras em andamento	-	328	-	-	-	-	-	2.620	2.948
Baixas	(317)	(115)	(19)	(2.647)	(147)	(512)	-	(184)	(3.941)
Transferências (a)	496	17.879	46	-	-	(2.994)	(11.435)	(15.427)	(11.435)
Saldo em 31/12/2012	72.285	410.400	4.831	8.128	8.686	2.202	30.637	63.026	600.195
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2011	(12.689)	(79.139)	(3.732)	(935)	(6.097)	(400)	-	-	(102.992)
Depreciação no Período	(4.045)	(25.076)	(170)	(182)	(644)	(49)	-	-	(30.166)
Juros s/obras em andamento	-	(1.731)	-	-	-	-	-	-	(1.731)
Baixas	566	108	-	97	1	-	-	-	772
Transferências	43	(43)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	(16.125)	(105.881)	(3.902)	(1.020)	(6.740)	(449)	-	-	(134.117)
Depreciação no Período	(3.980)	(26.210)	(165)	(222)	(602)	(43)	-	-	(31.222)
Juros s/obras em andamento	-	(1.213)	-	-	-	-	-	-	(1.213)
Baixas	317	19	15	126	128	-	-	-	605
Transferências	28	-	(30)	2	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	(19.760)	(133.285)	(4.082)	(1.114)	(7.214)	(492)	-	-	(165.947)
Valor Residual Líquido									
Em 31 de dezembro 2012	52.525	277.115	749	7.014	1.472	1.710	30.637	63.026	434.248
Em 31 de dezembro 2011	55.822	282.688	721	9.526	1.529	1.737	42.072	52.328	446.423

(*) Referem-se substancialmente a valores aplicados na controlada GPC Química S.A referente ao projeto da Nova Unidade de Geração de Gás de Síntese U-10.000, cuja 1ª fase foi concluída no exercício de 2007 e transferida para o imobilizado em operação e ao montante de R\$1.982 correspondente a juros sobre obras em andamento. Em Ago/2011 a nova Unidade de DME da controlada GPC Química S.A. entrou em operação, ocasionando a transferência do montante de R\$19.119 de Imobilizações em andamento para Máquinas e Instalações industriais.

- a) O valor de R\$ 11.435 de terrenos corresponde a transferência para Bens destinados a venda como mencionado na Nota 9;

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas realizaram a análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente, e, até a data do fechamento deste relatório trimestral não identificaram indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	30.121	30.121
Marcas e patentes	-	-	353	332
Licença de uso de tecnologia	-	-	4.240	4.986
Outros	1	1	1.190	239
Amortização acumulada	-	-	(33.071)	(32.684)
(-)Provisão para perdas	-	-	(150)	(150)
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2.683</u>	<u>2.844</u>

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Nacionais	122	98	45.537	30.461
Fornecedores Estrangeiros	-	-	6.885	7.206
	<u>122</u>	<u>98</u>	<u>52.422</u>	<u>37.667</u>

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda nacional - são indexados pelos CDI, IGP-M, IPCA, e TJLP e sobre eles incidem juros que variam de 4% a 9% a.a.	35.261	39.661	122.197	154.120
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais Libor e/ou juros que variam de 0,5% a 4% a.a.	-	-	16.059	16.053
Capital de giro/Resolução nº 63 - são indexados pelo CDI, IGP-M mais juros que variam entre 1,50% a 8,73% a.a.	-	-	126.335	133.616
IFC – 5,75 a 6,25 % a.a. + Libor + variação cambial	17.808	17.405	17.808	19.875
	53.069	57.066	282.399	323.664
Parcelas de curto prazo	(26.558)	(14.227)	(157.838)	(187.691)
Parcelas de longo prazo	26.511	42.839	124.561	135.973

As parcelas em longo prazo, consolidadas, têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2013	11.450	58.626
2014	54.435	54.519
2015	26.294	13.939
2016	19.896	6.940
Acima de 2016	12.487	1.949
	124.561	135.973

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme segue:

Em moeda Nacional	31/12/2012	31/12/2011
CCB's	35.261	39.661
Banco Bic Banco	7.338	3.401
Banco Cruzeiro do Sul	3.412	11.933
Banco Itaú	2.677	7.667
Banco Safra	7.015	12.085
Banco Bradesco	1.382	2.143
Banco Santander	3.851	3.114
Banco Pine	-	558
Banco Panamericano	1.560	6.242
Banco Real - ABN Amro	-	4.252
Banco Banrisul	7.197	7.613
Caixa Economica Federal	22.401	27.522
Banco Maxima	-	272
Banco Daycoval	4.706	3.066
Banco Fibra	5.036	-
Banco Credit Suisse	-	8.382
Outros	20.361	16.209
Total	122.197	154.120

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cédula de Crédito Bancário (“CCB”)

As operações em referência são de renda fixa (opções flexíveis) e que contam com swap do Banco Prosper S.A. cujos valores foram transferidos para o Banco Itaú BBA em outubro de 2012. A controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A é a garantidora da operação, com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos e alienação fiduciária de bobinas de aço laminado quente produzidas.

No segundo trimestre de 2011 a controlada em conjunto, Apolo Tubulars, contratou empréstimo com a Caixa Econômica Federal, através de cédula de crédito bancário - capital de giro, no valor de R\$60.000, para a reestruturação e alongamento da dívida, sendo este a ser quitado em 38 parcelas mensais vencendo-se a primeira em 12 de setembro de 2011 e a última em 12 de novembro de 2014. Como garantia ao cumprimento das obrigações deste empréstimo foi dado em favor do banco os recebíveis futuros vinculados ao contrato global de fornecimento à Petrobrás e alienação fiduciária da planta industrial. O referido contrato de financiamento firmado não contempla cláusulas restritivas relativas a índices de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como segue:

Estrangeira	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil (ACC)	7.900	11.224
Banco Bradesco	-	897
Banco HSBC - Finimp	5.147	-
Banco Itaú	3.012	2.763
Ex-ImBank	-	1.169
Total	16.059	16.053

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo referente capital de giro consolidado por instituição financeira estava composto como segue:

Nacional	31/12/2012	31/12/2011
Banco Santander	41.247	39.309
Banco do Brasil	-	8.816
Banco ABC do Brasil	-	5.437
Unibanco	-	8.829
Banco Itaú	7.042	4.497
Bic Banco	1.629	4.532
Banco BBM	16.204	17.843
Banco Indusval	2.604	6.959
Banco Panamericano	10.880	9.795
Banco Daycoval	509	4.885
Banco Banrisul	9.505	3.957
Banco Interacap	840	3.340
Banco Fibra	5.011	-
Banco Cruzeiro do Sul	742	8.259
Banco HSBC	20.120	-
Caixa Econômica Federal	7.545	-
CCB's	-	3.563
Outros	2.457	3.595
Total	126.335	133.616

Banco Santander (Brasil) S.A.

A controlada GPC Química S.A. contratou em 28 de maio de 2009 empréstimo com o Banco Santander Brasil S.A. através de uma Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro, no valor de R\$48.854, a ser quitado em 16 parcelas mensais vencendo-se a primeira em 20 de janeiro de 2010 e a última em 20 de abril de 2011.

Em 20 de maio de 2010 houve a novação do contrato de empréstimo com o Banco Santander Brasil S/A através da cédula de crédito bancário - Capital de Giro, no valor de R\$ 49.604, a ser quitado em parcelas mensais vencendo-se a primeira em 18 de fevereiro de 2011 e a última em 30 de abril de 2015.

Com base na novação do contrato a Companhia só apresentará os balanços ao Banco semestralmente quando então será verificado se a mesma está em acordo com as cláusulas relativas a tais parâmetros financeiros.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de assegurar que a GPC Química S.A. possua condições financeiras para o pagamento do empréstimo, a controlada se obriga a respeitar, durante a vigência do contrato, alguns parâmetros financeiros conforme os dados constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2012, repetindo o ocorrido em 2011, o Banco Santander, cujo contrato possui cláusula de cumprimento de determinados indicadores financeiros, concedeu à Controlada carta confirmando dispensa de antecipação de pagamento deste financiamento.

Como garantia ao cumprimento das obrigações deste empréstimo foi constituída em favor do Banco Santander Brasil S.A. a hipoteca do terreno, registrada contabilmente por R\$ 2.310, onde está localizada a Unidade de Araucária/PR operada pela controlada GPC Química S.A. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da dívida com o Banco Santander Brasil S.A. é de R\$41.247.

Unibanco S.A. e Itaú S.A.

A controlada GPC Química S.A. renegociou os empréstimos anteriormente contraídos com as instituições financeiras Unibanco S.A. e Banco Itaú BBA S.A. postergando os vencimentos para o período de julho de 2011 a setembro de 2014. O saldo em 31 de dezembro de 2012 do Banco Itaú BBA S.A. é de R\$ 7.042 com o pagamento do saldo do Unibanco S.A. por ocasião do reperfilamento em julho de 2012.

Reperfilamento de dívida financeira da controlada GPC Química S.A

A controlada GPC Química S.A. concluiu operação de reperfilamento de sua dívida financeira no dia 12 de julho de 2012, dando continuidade a parte do processo de readequação de estrutura de capital das investidas da Companhia, iniciada em agosto de 2011 com o seu programa de Capitalização.

A operação, no valor total de R\$82,5 milhões de reais, com prazo de pagamento de cinco anos, envolveu cinco instituições financeiras quais sejam: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul, Caixa Econômica Federal S.A. – CEF, HSBC Bank Brasil S.A. – HSBC, Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. A carência do valor principal é de seis meses e a taxa de juros é CDI – certificado de depósito interbancário mais 4% ao ano.

Do total captado, R\$47,4 milhões são provenientes de operações já existentes, que foram alongadas, e R\$35,1 milhões são recursos novos, que foram destinados essencialmente à liquidação de operações mais onerosas e de curto prazo. Ressalta-se que, dentre as instituições participantes da operação, HSBC, CEF e Banrisul não possuíam nenhuma operação de longo prazo com a GPC Química.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a demonstração antes e após o reperfilamento da dívida considerando o efeito na controlada GPC Química S.A. e no consolidado.

	Efeito na controlada GPC Química S.A.	Efeito no consolidado
Saldo em 30/06/2012 antes do reperfilamento	128.889	292.032
Adições	82.500	82.500
Encargos	200	200
Amortizações	(80.331)	(80.331)
Principal	(77.612)	(77.612)
Encargos	(2.719)	(2.719)
Saldo em 12/07/2012 após o reperfilamento	131.258	294.401

Abaixo está demonstrado o efeito do reperfilamento nas parcelas de curto e longo prazo.

	Efeito na controlada GPC Química S.A.				Efeito no consolidado			
	Antes do reperfilamento	%	Após o reperfilamento	%	Antes do reperfilamento	%	Após o reperfilamento	%
Curto prazo	86.349	67%	46.694	36%	186.331	64%	146.676	50%
Longo prazo	42.540	33%	84.564	64%	105.701	36%	147.725	50%
Totais	128.889	100%	131.258	100%	292.032	100%	294.401	100%

International Finance Corporation - IFC

A Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. contrataram, em 24 de agosto de 2001, financiamento com o International Finance Corporation - IFC, agência do Banco Mundial, no valor de US\$35 milhões, a ser quitado em parcelas mensais em até 12 anos.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do referido financiamento estava composto como segue:

	GPC Participações	GPC Química	Total
Saldo em 31/12/2011	17.405	2.470	19.875
Variação cambial	1.419	(117)	1.302
Juros	924	153	1.077
Amortização	(1.674)	(2.506)	(4.180)
Saldo em 31/12/2012	18.074	-	18.074

O valor total foi contratado da seguinte forma:

- A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. contratou o montante total de US\$8.000.000,00 tendo sido liberados até 31 de dezembro de 2005, US\$5.500.000,00 destinados à constituição de uma nova linha de produção, que possibilitou um aumento na capacidade de produção em 120.000 toneladas por ano.
- A GPC Química S.A., contratou o montante total de US\$18.000.000,00 destinados à ampliação das plantas, montante este que foi integralmente sacado até 31 de dezembro de 2001.
- Sobre o saldo devedor dos valores já recebidos pelas Empresas citadas nas letras (a) e (b) anteriores, incidem juros com base na taxa Libor, acrescidos do *spread* de 3,75% a.a. Os pagamentos do principal estão sendo efetuados desde julho de 2004, em 14 parcelas com vencimentos semestrais em 15 de julho e 15 de janeiro de cada ano, vencendo a última em 15 de janeiro de 2011.
- O financiamento no valor de US\$9.000.000,00 captado pela GPC Participações S.A., foi repassado às controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. Os pagamentos do principal serão efetuados a partir de 15 de julho de 2011 em quatro parcelas com vencimentos semestrais em 15 de julho e 15 de janeiro, vencendo a última em 15 de janeiro de 2013. Sobre o saldo devedor incidem juros com base na taxa Libor, acrescidos do *spread* de 4% a.a.

Em 05 de outubro de 2009, foi firmado aditivo ao financiamento da GPC Química S.A. e GPC Participações S.A., alongando os prazos finais de vencimento para 15 de janeiro de 2012 e 15 de janeiro de 2014, respectivamente. Foram também alterados os *spreads* acrescidos sobre a Libor, os quais passaram para 5,75% a.a. no financiamento da GPC Química S.A e, 6,25% a.a. no financiamento da GPC Participações S.A.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os acionistas da Companhia que captaram o financiamento e a GPC Química S.A. são garantidores, como devedores solidários, se comprometendo a prover recursos adicionais eventualmente necessários à conclusão dos projetos de investimento aprovados pelo IFC. Os ativos representados pela planta de metanol de propriedade da GPC Química S.A., localizadas no Município do Rio - Rio de Janeiro encontravam-se alienados fiduciariamente como garantia real para o financiamento.

O saldo do empréstimo na controlada GPC Química S.A. foi liquidado em julho de 2012 e o da controlada Apolo Tubos S.A. foi liquidado no exercício de 2011.

15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de creditamento/recuperação de impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	Adições	Reversões	31/12/2012
Trabalhistas	-	-	1.774	1.983	(829)	2.927
Previdenciário	-	-	317	-	-	317
IPI	-	-	849	-	-	849
Pis	781	781	5.684	920	-	6.604
Cofins	3.599	3.599	26.196	4.234	-	30.430
Outros	55	55	6.398	727	(3.728)	3.397
	4.435	4.435	41.218	7.864	(4.557)	44.524

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	31/12/2011	Adições	31/12/2012	31/12/2011	Adições	Baixas	Reversões	31/12/2012
Depósitos Judiciais	4.437	3	4.440	38.590	6.031	(75)	(4)	44.542
	<u>4.437</u>	<u>3</u>	<u>4.440</u>	<u>38.590</u>	<u>6.031</u>	<u>(75)</u>	<u>(4)</u>	<u>44.542</u>

Natureza dos casos

a) Contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2012 possui o montante de R\$ 2.206 (consolidado) de casos considerados possíveis de perda, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

b) Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2012 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no exercício de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos de natureza cível considerados possíveis de perda montam, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$316 (consolidado).

c) PIS e COFINS

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint nos anos de 2004 a 2007, GPC Química em 2008 e da sua coligada Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2012 da obrigação legal de R\$ 4.380, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores mensais são depositados judicialmente, com montante de R\$ 32.880 até 31 de dezembro de 2012.

d) Reversões no exercício

A controlada Apolo Tubos reverteu provisão de ICMS no montante de R\$ 3.728 em virtude de sua adesão ao Refis Estadual.

16. Impostos parcelados (consolidado)

Com o advento da lei 11.941 de 2009 - novo REFIS - a companhia e suas controladas migraram os antigos parcelamentos (PAES e PAEX) aproveitando os benefícios de redução de multas/juros e, considerando, também, substituição do financiamento bancário.

Neste contexto, as controladas aderiram ao programa de parcelamento de impostos e, juntamente com o seu Corpo Jurídico, avaliaram os processos judiciais e administrativos, considerando àqueles cujas possibilidades eram remotas para êxito e, principalmente, pela possibilidade de liquidação dos encargos com prejuízos fiscais. Em Junho de 2011 a Secretaria da Receita Federal homologou a consolidação dos débitos federais da controlada GPC Química S/A, conforme descrito na letra c.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, adicionalmente aos demais parcelamentos - ordinário no âmbito da Receita Federal e demais Impostos Estaduais - os parcelamentos estão compostos, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos parcelados				
PIS (a)	15	20	1.247	585
COFINS (a)	32	37	5.734	2.437
Imposto de renda (a)	810	946	1.256	2.354
Contribuição social (a)	309	362	9.269	7.971
IPI (a)	-	-	25.795	18.356
INSS (a)	36	-	6.474	3.969
ICMS (b)	-	-	25.976	22.256
Art. 3º Débitos Previdenciários- RFB	-	-	4.967	8.933
Art. 3º Saldo de parcelamentos - RFB	-	-	374	379
Art. 1º Dívidas não parceladas - RFB	-	-	1.090	1.105
Art. 3º Saldo de parcelamentos - PGFN	-	-	1.748	1.772
Art. 2º Aproveitamento indevido créditos - PGFN	-	-	217	232
Consolidação novo Refis	-	-	22.598	21.120
Outros	-	-	2.889	701
	1.201	1.365	109.633	92.170
Parcela do circulante (d)	(328)	(290)	(31.113)	(19.091)
Não Circulante	873	1.075	78.519	73.079

- (a) Parte destes tributos relativos às controladas Apolo e GPC Química S.A. foram parcelados conforme a Lei nº 10.637, de 31 de dezembro de 2002, atualizados pela SELIC, e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (REFIS II), atualizados pela TJLP, e estão divididos entre 60 e 180 parcelas, cujo vencimento final ocorrerá em junho de 2018. Em Outubro de 2011 a controladora GPC Participações S.A. contraiu parcelamento simplificado de Pis (41 meses) e de Cofins/IRPJ/CSLL (60 meses) corrigidos à taxa Selic.

A Secretaria da Receita Federal não efetuou a homologação do pedido da controlada GPC Química S.A. de inclusão no Refis II. Os valores montam em: PIS (R\$636), COFINS (R\$3.266), Imposto de renda (R\$1.268), Contribuição social (R\$1.679). Entretanto, com o advento da MP 303 que dispõe sobre parcelamento excepcional (PAEX) de débitos fiscais (conhecido como REFIS III), em 30 de outubro de 2009, a GPC Química S.A. se utilizou de prerrogativas da lei 11.941 aderindo ao novo REFIS migrando os parcelamentos anteriores (PAES E PAEX) para nova modalidade visando os benefícios da nova lei.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Refere-se aos débitos apurados e parcelados junto aos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, conforme a Legislação Estadual específica, das unidades do Rio de Janeiro, Gravataí e Araucária, respectivamente. Os saldos do parcelamento em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes: Rio de Janeiro - R\$10.437 (R\$11.700 em Dez/2011), Gravataí - R\$ 92 e Araucária - R\$12.648 (R\$10.556 em Dez/2011), com quantidade de parcelas que variam entre 12 e 60 meses.
- (c) Em junho de 2011 foi homologada pela Secretaria da Receita Federal a consolidação do parcelamento da controlada GPC Química S.A. com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes dos programas Refis, Paes, Paex e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2012:

Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal (25% de R\$ 65.968)	(16.492)
(-) Utilização de Base Negativa (9% de R\$ 13.810)	(1.243)
(+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11	659
(-) Antecipações pagas	(7.957)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11	(3.324)
Saldo em 31/12/2011	12.421
(+) Atualização selic ano 2012	730
(-) Pagamento das parcelas ano 2012	(4.755)
Saldo em 31/12/2012	8.396

- (d) Os valores de R\$31.113 e R\$19.091 referentes à parcela de curto prazo encontram-se classificados no passivo circulante, na rubrica "Impostos e taxas a recolher".

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

17.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais a compensar	155.934	97.665
Provisões para perdas de ativos	4.094	8.302
Base de cálculo	160.027	105.967
Alíquota	25%	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	40.007	26.492
Base negativa de contribuição social	207.776	149.505
Provisões para perdas de ativos	4.094	8.339
Base de cálculo	211.870	157.843
Alíquota	9%	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	19.068	14.205
Total dos créditos tributários (1) + (2)	59.075	40.697

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pelas Companhias.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada GPC Química S.A. conforme aprovado pela Secretaria da Receita Federal utilizou parte do seu prejuízo fiscal - R\$65.968 e base negativa de contribuição social - R\$13.810 para amortizar o parcelamento do novo Refis consolidado em Junho de 2011. Desta forma, a Administração da controlada com base no estudo econômico anteriormente aprovado revisou os impostos diferidos ativos com base no prejuízo fiscal e base negativa ajustados e registrou a parcela não constituída no montante de R\$11 milhões.

A Administração das Companhias, baseada em estudo econômico , entende que os lucros tributáveis futuros serão gerados em montante suficiente para realizar os referidos créditos em até seis anos, conforme a seguir:

	Consolidado
2013	1.355
2014	3.577
2015	7.632
2016	29.055
2017	6.474
2018	10.982
	59.075

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2007	33.580	66.972
2009	35.752	54.202
2011	31.588	31.588
2012	55.014	55.014
	155.934	207.776

17.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(428)	(110)
Diferida	136	172	5.108	1.420
	136	172	4.680	1.310
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(1.142)	(328)
Diferido	379	479	14.183	22.682
	379	479	13.041	22.354

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(37.037)	(39.413)	(62.773)	(82.076)
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	12.592	13.400	21.343	27.906
Equivalência patrimonial	(10.176)	(9.565)	(92)	590
Reversão de provisões	-	(19)	79	(3.574)
Ganho (perda) Variação Cambial	(515)	(651)	(969)	(1.838)
Outros ajustes	(39)	(223)	(3.200)	(2.876)
Baixa Imp renda retido na fonte não aproveitado	(558)	(692)	(558)	(692)
Despesa Indedutível	-	-	-	(2.335)
Outras exclusões	7	5	581	1.901
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(796)	(1.605)	537	4.582
Receita no exercício	515	651	17.721	23.664

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>				
Contribuição social				
Atualização dos ativos - CPC-27	-	-	13.896	16.021
Variação cambial pelo regime de caixa	542	679	531	708
	<u>542</u>	<u>679</u>	<u>14.427</u>	<u>16.729</u>
Imposto de renda				
Atualização dos ativos - CPC-27	-	-	38.600	36.605
Variação cambial pelo regime de caixa	1.505	1.884	1.476	1.964
	<u>1.505</u>	<u>1.884</u>	<u>40.076</u>	<u>38.569</u>
Total	<u>2.047</u>	<u>2.563</u>	<u>54.503</u>	<u>55.298</u>

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>				
Contribuição social	542	679	14.427	16.729
Imposto de renda	1.505	1.884	40.076	38.569
Total (1)	2.047	2.563	54.503	55.298
<u>2 - Impostos diferidos ativos</u>				
Contribuição social	-	-	(15.638)	(14.182)
Imposto de renda	-	-	(43.438)	(26.427)
Total (2)	-	-	(59.076)	(40.609)
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	2.047	2.563	(4.573)	14.689
Impostos diferidos líquidos - Ativo Não Circulante	-	-	4.573	-
Impostos diferidos líquidos - Passivo Não Circulante	2.047	2.563	-	14.689

Face ao reconhecimento dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de 2012 das controladas GPC Química e Apolo Tubos o saldo líquido consolidado apresenta-se no ativo não circulante.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora							
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	35.644	61.665	-	-	8.318	1.483
GPC Química S/A (b)	206	-	-	25.703	8.584	-	-	-
Total	206	-	35.644	87.368	8.584	-	8.318	1.483

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contrato de mútuo com valor de até R\$ 20.000 com a controlada Apolo Tubos que deverá ser quitado até 22 de maio de 2015. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 20.000 vencível contra apresentação. Também durante o ano de 2010, no dia 21 de dezembro, foi celebrado outro contrato de mútuo com valor de R\$ 9.000, nos mesmos moldes do contrato anterior e com vencimento em 21 de dezembro de 2015. O valor transferido atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 33.508. Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve novos aportes com contratos de mútuo, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.136. Em 26 de agosto de 2011, a GPC Participações S/A desembolsou, na forma de mútuo, R\$ 20.000 de recursos para a Apolo Tubos S/A, que foram totalmente capitalizados na Controlada em dezembro de 2012. Este mútuo, cujo vencimento estava fixado para 2016 em função da sua natureza, foi corrigido até a capitalização pelo CDI + 3% ao ano. Em 28 de dezembro de 2012, o saldo corrigido de R\$ 23.165 foi capitalizado, sendo R\$ 4.462 de capital e R\$ 18.703 de reservas de capital.
- b) Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve aportes na Controlada GPC Química S.A. que possuía em 30 de setembro de 2012, no Ativo não circulante, o montante de R\$ 25.703. Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovada a capitalização no valor de R\$25.703 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, sendo destinados R\$4.848 como aumento do capital social e R\$20.855 como reserva de capital. O valor de R\$ 8.584 em 31 de dezembro de 2012 a pagar corresponde a contrato de mútuo.

No consolidado:

	Consolidado									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de mútuo (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda	-	-	1.285	684	-	-	-	-	-	10
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	1.898	2.059	2.571	2.874	-	-	-	-	10	34
Outras (c)	-	-	-	-	3.445	2.168	905	410	-	-
	1.898	2.059	15.246	14.948	3.445	2.168	905	410	10	44
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
Total	1.898	2.059	3.856	3.558	3.445	2.168	905	410	10	44

- (a) O valor de R\$11.390 refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais e tem vencimento em 14 de julho de 2011. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores do ativo circulante referem-se a 60% do mútuo a receber pela GPC Química correspondente aos outros acionistas; e o valor no ativo não circulante refere-se a 60% do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A., correspondente aos recursos não aportados pelos outros acionistas que detêm 60% do seu capital social.
- (c) Os valores no passivo circulante correspondem a contratos de mútuo da Senergen – Energia Renovável S.A com os outros acionistas.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração paga aos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.373 contra R\$1.661 em 2011. No consolidado, a remuneração paga referente a salários, honorários e encargos sociais no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 aos Administradores foi de R\$7.849 contra R\$6.909 recebidos pelos Administradores no mesmo período de 2011.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2011 foram aprovadas, dentre outros assuntos:

- ▶ O desdobramento das ações existentes da Companhia na proporção de uma nova ação ordinária nominativa para cada ação possuída, conforme proposto pela Diretoria em 06 de julho de 2011 e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração, que passará de 104.424.851 para 208.849.702 ações ordinárias;
- ▶ Aumento do capital social da Companhia no valor de R\$60.000 (sessenta milhões de reais), mediante a emissão de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,40 (quarenta centavos) por ação. Após esta emissão, o capital social ficará representado por 358.849.702 ações ordinárias, com valor subscrito passando de R\$150.200 para R\$210.200;
- ▶ Os recursos obtidos com o aumento do capital serão destinados à capitalização de sociedades operacionais nas quais a Companhia tem investimentos. Capital esse necessário para que tais sociedades operacionais investidas possam reestruturar seus endividamentos e desenvolver suas atividades, gerando resultados para a Companhia;
- ▶ Foi assegurado o direito de preferência para subscrição proporcional das novas ações aos acionistas da Companhia, que teve um prazo de 30 dias contados a partir do dia 15 de agosto de 2011, inclusive, para exercerem os seus direitos de preferência na subscrição das novas ações, bem como para manifestarem seu interesse na reserva de sobras;

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ▶ Em 31 de outubro de 2011 a Companhia comunicou aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que o aumento do capital social no total de R\$60.000 mediante a emissão de 150.000.000 de novas ações - tal como deliberado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada no dia 08/08/2011 - foi totalmente subscrito e integralizado. Assim, como disposto no "Aviso aos Acionistas" já publicado pela Companhia em 09/08/2011, comunicou que as ações emitidas em função do aumento, antes referido, foram creditadas aos subscritores até o dia 07 de novembro de 2011.

19.2. Reserva estatutária

De acordo com o estatuto da Companhia, anualmente será constituída uma reserva estatutária, não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a parcela correspondente à reserva legal, com finalidade de aporte de recursos a empresas em cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Essa reserva não excederá 80% do capital social. A Companhia não constituiu nenhuma reserva estatutária durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

19.3. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

19.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovada a capitalização da GPC Participações nas controladas GPC Química no valor de R\$25.703, sendo destinados R\$4.848

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como aumento do capital social e R\$20.855 como reserva de capital; e Apolo Tubos no valor de 23.165, sendo R\$ 4.462 de capital e R\$ 18.703 de reservas de capital. Com esta capitalização foi alterado o percentual de participação da Companhia nas controladas, passando de 89,82% para 90,72% na GPC Química e de 47,90% para 56,21% na Apolo Tubos, o que resultou em registro em Outros Resultados Abrangentes da perda ocorrida na mudança no percentual de participação, no valor de R\$ 1.314 na GPC Química e R\$ 8.880 na Apolo Tubos.

19.5. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Apuração do resultado básico por lote de mil ações	31/12/2012	31/12/2011
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(36.522)	(38.762)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	358.849.702	358.849.702
Resultado básico por lote de mil ações	(101,78)	(108,02)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos..

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Receita Operacional Líquida

Consolidado

31/12/2012 31/12/2011

Segmento de metanol

Receitas de vendas de metanol produzido	86.535	130.126
Receitas de vendas de formoldeído produzido	14.690	11.675
Receitas de vendas de hexametilenotetramina produzido	5.063	4.336
Receitas de vendas de nitrato de hexametilenotetramina produzido	1.216	1.585
Receitas de vendas de metanol adquirido de terceiros	57.978	36.129
	<u>165.482</u>	<u>183.851</u>

Segmento de Resinas

Receita de vendas de particulados	277.558	213.307
Receita de vendas de compensados	43.512	47.801
Receita de vendas de tratamento de pisos	10.116	11.430
	<u>331.186</u>	<u>272.538</u>

Segmento de exploração do aço

Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	270.721	259.637
--	---------	---------

Outras receita de vendas de diversos produtos	<u>10.271</u>	<u>66.331</u>
---	---------------	---------------

Receita bruta de vendas	777.660	782.357
--------------------------------	----------------	----------------

Deduções sobre vendas

Devoluções de vendas e abatimentos	(3.800)	(2.104)
ICMS sobre vendas	(74.278)	(77.922)
PIS e COFINS sobre vendas	(66.101)	(67.254)
IPI sobre vendas	(22.402)	(19.829)

Receita operacional líquida	<u>611.078</u>	<u>615.248</u>
------------------------------------	-----------------------	-----------------------

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro no exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras				
Juros	(7.159)	(7.707)	(46.963)	(55.093)
Variações monetárias passivas	-	-	(2.003)	(10.037)
Variações cambiais passivas	(3.838)	(4.587)	(11.745)	(9.128)
Outros	(29)	(704)	(6.142)	(12.399)
	<u>(11.026)</u>	<u>(12.998)</u>	<u>(66.852)</u>	<u>(86.657)</u>
Receitas financeiras				
Juros	8.350	6.232	3.525	4.685
Variações monetárias ativas	240	372	361	408
Variações cambiais ativas	2.313	2.643	6.830	4.590
Outros	19	(4)	2.007	1.727
	<u>10.922</u>	<u>9.243</u>	<u>12.723</u>	<u>11.410</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(104)</u>	<u>(3.755)</u>	<u>(54.129)</u>	<u>(75.247)</u>

22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Reversão de provisão para contingências	(194)	(2.034)
Ganho/Perda na Alienação de Investimentos	-	2.587
Ganho/Perda na alienação do imobilizado	1.065	(413)
Despesa com ociosidade	(4.129)	(252)
Provisão/reversão para crédito liquidação duvidosa	(254)	(67)
Refis	88	(36.089)
Multa sobre impostos (a)	(5.638)	(2.602)
Outras Líquidas (b)	2.703	2.825
	<u>(6.359)</u>	<u>(36.045)</u>

- (a) Correspondem basicamente a atualização de débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A, que são liquidados ou parcelados;
- (b) Valores relevantes foram reconhecidos na Controlada GPC Química S/A, na Apolo Tubos e na Coligada Metanor como segue: na GPC Química S/A, receita de crédito presumido de ICMS no valor de R\$ 4.296 e crédito presumido de ICMS extemporâneo na ordem de R\$ 4.557; na Metanor foi provisionado o valor de (R\$ 2.742) referentes a cláusula quarta do processo junto a RFB e na Apolo foi lançado o valor de (R\$ 3.049) proveniente de auto de infração de ICMS, além de outros diversos na ordem de (R\$ 653) que constituem o montante de R\$ 2.703 em 31 de

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2012. Durante o ano de 2011 foram feitos alguns lançamentos relevantes na Controlada GPC Química como segue: foi revertido a provisão de imposto federal no valor de R\$ 5.807 por extinção do débito pela Secretaria da Receita Federal, receita de crédito presumido de ICMS na ordem de R\$ 3.354, provisão de PLR a pagar na ordem de (R\$ 3.335), baixa de saldos de fornecedores até dez/10 na ordem de (R\$ 1.019), além de outros diversos na ordem de (R\$ 1.982) totalizados pelas demais empresas do grupo, todo este montante constitui o saldo de R\$ 2.825 em 31 de dezembro de 2011.

23. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária. O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, cujo valor no exercício de 2012 da patrocinadora foi de R\$ 619, enquanto os participantes contribuíram com R\$ 673.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Considerações gerais

A Administração avalia que os riscos de concentração em instituições financeiras é baixo, pois as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pela Administração.

Parte representativa dos empréstimos da Companhia e controladas são para atendimento de seu capital de giro, e os valores aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Para o financiamento de longo prazo, por se tratar de fonte de financiamento específica para fazer face ao projeto de expansão das empresas, o valor de mercado foi calculado com o objetivo de obter o valor de negociação e taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais ativos e passivos financeiros estão representados no balanço patrimonial pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Para reduzir o risco de crédito, a Administração da Companhia e controladas mantém critérios definidos, mediante o estabelecimento de limites de crédito por clientes e pela revisão periódica de performance e dos saldos em aberto.

b) Concentração de risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito dos investimentos, a Companhia e suas controladas adotam políticas que restringem os investimentos que podem ser alocados a uma única instituição financeira e que levam em consideração limites monetários e avaliações de crédito da instituição financeira.

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	104	-	104	111	-	111
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Saldos a receber de partes relacionadas	35.850	-	35.850	87.368	-	87.368
	35.954	-	35.954	87.479	-	87.479

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	34.000	-	34.000	41.484	-	41.484
Contas a receber	54.843	-	54.843	65.970	-	65.970
Saldos a receber de partes relacionadas	5.754	-	5.754	5.617	-	5.617
	94.597	-	94.597	113.071	-	113.071

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais passivos financeiros da Companhia podem ser classificados, conforme demonstrado abaixo:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores	122	98	52.422	37.657
Empréstimos e Financiamentos	53.069	57.066	282.399	323.834
Contas a pagar e parte relacionadas	8.584	-	4.350	2.545
	61.775	57.164	339.171	364.036

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não registrou ativos financeiros mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda.

Demonstramos no quadro a seguir o risco de liquidez em 31 de dezembro de 2012 dos passivos financeiros consolidados:

		2012					
		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	Fornecedores	51.471	325	626	-	-	52.422
	Empréstimos e financiamentos	107.052	43.638	68.392	63.317	-	282.399
	Total	158.523	43.963	69.018	63.317	-	334.821

d) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ▶ O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ▶ As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

e) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Instrução CVM estabelece que as companhias, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$2,00 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2012. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade para 31 de dezembro de 2012.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2012	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
Moeda estrangeira	7.908	16.059	15.817	13.998
IFC	8.770	17.808	17.540	15.523
	16.678	33.867	33.357	29.521
Efeito no resultado			510	4.346
Taxas utilizadas		2,03	2,00	1,77

f) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Administração da Companhia não projeta efeitos significativos sobre o resultado em relação à realização dos saldos de contas a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira, devido aos pequenos valores a eles associados. Adicionalmente, ressalta-se que a parcela em moeda estrangeira do endividamento bancário consolidado não é relevante.

Adicionalmente, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/12/2012	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
Posição 31/12/2012	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
122.197	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	122.197	152.746	183.296	
126.335	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	126.335	157.919	189.503	

g) Derivativos

As controladas da Companhia possuem operações de empréstimos com encargos definidos através de duplo indexador (variação cambial mais juros versus percentuais do CDI), para os quais foram contratadas as seguintes operações de swap com objetivo de reduzir o risco dos efeitos de variações cambiais:

Contratos de swaps

CONTRATOS	VALOR DE REFERÊNCIA		VALOR JUSTO				EBITO ACUMULADO - RESULTADO			
	POSIÇÃO	POSIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 2012		EXERCÍCIO ANTERIOR 2011		EXERCÍCIO ATUAL 2012		EXERCÍCIO ANTERIOR 2011	
	31/12/2012	31/12/2011	PARTE ATIVA	PARTE PASSIVA	PARTE ATIVA	PARTE PASSIVA	VALOR A RECEBER	VALOR A PAGAR	VALOR A RECEBER	VALOR A PAGAR
Banco Propser - Cto 11223	224	205	233	233	217	218	0	-	-	(1)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco HSBC - Finimp	1.287	-	1.291	1.297	-	-	6	-	-	-
Banco HSBC - Finimp	846	-	848	853	-	-	4	-	-	-
Banco HSBC - Finimp	952	-	953	952	-	-	-	(1)	-	-
Banco HSBC - Finimp	861	-	862	861	-	-	-	(0)	-	-
Banco HSBC - Finimp	886	-	918	861	-	-	-	(57)	-	-
Totais			5.105	5.057	217	218	11	(58)	-	(1)

A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos em caráter especulativo.

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	31/12/2012	31/12/2011
Lucros cessantes	Incêndio, furto	95.484	78.532
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e	Incêndio	744.677	1.013.803
Veículos	civil	718	21.386
Responsabilidade civil		25.228	99.290
Acidentes pessoais	Danos pessoais	1.150	5.159
		867.257	1.218.170

26. LAJIDA/EBITDA consolidado

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo operacional	(62.773)	(82.076)
Despesas financeiras	66.852	86.657
Receitas financeiras	(12.723)	(11.410)
Depreciações e amortizações	31.222	30.166
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	22.578	23.337
Equivalência patrimonial	(74)	(23)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	32.405
LAJIDA (EBITDA) ajustado	22.504	55.719
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	3,68%	9,06%

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Remuneração dos administradores

A verba destinada a honorários dos administradores da Companhia para o exercício de 2012 foi de R\$3.000, conforme definida em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21 de maio de 2012. Neste período, foi pago R\$1.373, sendo destinados R\$838 ao Conselho de Administração e R\$535 à Diretoria Executiva. No exercício anterior, a Administração percebeu o valor global de R\$1.661. Oportunamente informamos que o Conselho Fiscal instalado para o exercício de 2012 recebeu neste período R\$65.

A remuneração destinada aos administradores no consolidado foi de R\$7.849 contra R\$6.909 em 2011.

28. Informações por segmento

Os investimentos da GPC Participações se dão nos Segmentos de Tubos de Aço e Químico e Petroquímico. No Segmento de Tubos de Aço, participa da Apolo Tubos e da Apolo Tubulars, que são uns dos principais players desta indústria no Brasil, atendendo, principalmente, aos mercados de construção civil, infraestrutura e óleo e gás. Já no Segmento Químico e Petroquímico, através da GPC Química e da Metanor/Copenor, é o único produtor brasileiro de metanol, maior produtor de formol, e uma das líderes na produção de resinas termofixas para a indústria da madeira, destacando-se por ser a única integrada.

- a) Química: que tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB), vernizes para assoalhos e a fabricação de formol; e
- b) Tubos: que tem como objetivo produzir tubos especiais para principalmente atender o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecer tubos ao mercado norte-americano.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012					31/12/2011				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	398.343	213.889	258	(1.411)	611.079	410.266	204.948	34	-	615.248
Lucro Bruto	50.271	52.507	(259)	(78)	102.441	69.328	52.191	(84)	-	121.435
Depreciação e Amortização	(27.515)	(4.429)	(50)	-	(31.993)	(25.117)	(4.894)	(49)	-	(30.060)
Lucro (Prejuízo) operacional	(38.841)	(17.970)	(38.934)	32.826	(62.920)	(19.777)	(53.292)	(40.130)	31.448	(81.751)
Resultado Financeiro	(27.485)	(26.471)	(173)	-	(54.129)	(38.323)	(32.921)	(4.003)	-	(75.247)
Prejuízo antes dos impostos	(38.841)	(17.970)	(38.934)	32.826	(62.920)	(19.777)	(53.292)	(40.130)	31.448	(81.751)
IR e CS	11.187	6.019	515	-	17.721	6.754	16.260	650	-	23.664
Participações	191	-	-	8.486	8.677	(333)	-	-	19.983	19.650
Lucro (Prejuízo) Líquido	(27.463)	(11.952)	(38.419)	41.312	(36.522)	(13.357)	(37.032)	(39.479)	51.106	(38.762)
Ativo Circulante	95.083	91.588	4.750	(2.858)	188.562	97.246	140.777	5.981	(2.529)	241.475
Ativo não Circulante	446.044	123.279	230.045	(272.995)	526.373	449.436	115.366	258.351	(299.259)	523.894
Passivo Circulante	169.899	87.360	33.649	(2.781)	288.127	170.089	99.506	19.339	(2.529)	286.405
Passivo não Circulante	371.227	127.506	201.146	(273.073)	426.807	210.067	131.406	61.604	(132.292)	270.785

GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Presidente:	Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente:	Luiz Fernando Cirne Lima
Membros do Conselho:	Anthony Dias dos Santos José Gustavo Teixeira Leite (membro independente) Inês Corrêa de Souza (membro independente) Wanderlei Passarella

Composição da Diretoria

Presidente:	Amin Alves Murad
Diretores Vice-Presidentes Corporativos:	Emilio Salgado Filho Carlos Eduardo de Sá Baptista

Controller

Esdras Gomes de Souza
Contador - CRC-RJ 68.848 - CPF nº 935.136.827-00